

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

FERNANDA GUEDES RODRIGUES ALVES FERREIRA

**POLÍTICAS PÚBLICAS QUE CONTRIBUÍRAM NO AUMENTO DO ÍNDICE
DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Belo Horizonte
2020

Fernanda Guedes Rodrigues Alves Ferreira

**POLÍTICAS PÚBLICAS QUE CONTRIBUÍRAM NO AUMENTO DO ÍNDICE
DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de Educação da
Universidade Federal de Minas Gerais como
requisito parcial à obtenção do grau de
bacharel em Pedagogia.

Orientador: Frederico Couto Marinho

Belo Horizonte
2020

301 F383p 2020	<p>Ferreira , Fernanda Guedes Rodrigues Alves.</p> <p>Políticas públicas que contribuíram no aumento do índice de desenvolvimento da educação básica [recurso eletrônico] / Fernanda Guedes Rodrigues Alves Ferreira . - 2020.</p> <p>1 recurson online (28 f.) : pdf</p> <p>Orientador: Frederico Couto Marinho. Coorientador: Marden Barbosa de Campos.</p> <p>Monografia apresentada ao curso de Especialização em Projetos Sociais: Formulação e Monitoramento - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p>Inclui bibliografia.</p> <p>1. Educação. 2. Políticas públicas. 3. Política social. I. Marinho, Frederico Couto . II. Campos, Marden Barbosa de . III. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.</p>
----------------------	---

Ficha catalográfica elaborada por Vilma Carvalho de Souza - Bibliotecária - CRB-6/1390



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Sociologia
Curso de Especialização em Projetos Sociais: Formulação e Monitoramento

ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA

Aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de 2020, reuniu-se a comissão examinadora composta pelos professores:

Frederico Couto Marinho

Marden Barbosa de Campos

Para examinar a Monografia de Final do Curso de Especialização em Projetos Sociais: Formulação e Monitoramento, intitulada:

Políticas Públicas que contribuíram no aumento do índice de desenvolvimento da educação básica

Do (a) aluno(a):

FERNANDA GUEDES RODRIGUES ALVES FERREIRA

Matricula: 2017770331

Procedeu-se à arguição, finda a qual os membros da comissão reuniram-se para deliberar, decidindo por unanimidade pela aprovação da Monografia com a nota 80.

Para constar foi lavrada a presente ata, que vai datada e assinada pelos examinadores.

Belo Horizonte, 20 de fevereiro de 2020.

Frederico Couto Marinho
Professor(a) Orientador(a)

Marden Barbosa de Campos
Professor(a) Convidado(a)

Resumo

Esta pesquisa teve sua origem no curso de especialização na disciplina: “Técnicas de elaboração de monografia”, para um trabalho de intervenção e o intitulado: “Prova do governo: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). A qualidade educacional pública, na cidade de João Monlevade, como melhorar?” Após esse trabalho, senti a necessidade de um aprofundamento maior na avaliação do governo: (IDEB), com o objetivo de compreender através da revisão da literatura científica. “Como as políticas públicas contribuem para aumentar o rendimento no IDEB?” Para tanto, foi realizado retrospectivas históricas de políticas públicas até chegar aos dias atuais. Uma árvore de objetivos, meios e fins foi construída, como exemplo de intervenção nas escolas. O trabalho está fundamentado em uma pesquisa bibliográfica, no método quantitativo. Na base nacional comum curricular (BNCC) e em artigos científicos de diversos autores, tais como: Hoffmann (1991), (1995), (2001), Luckesi, (1994), Silva (2001), Saul (1995), Esteban (2000), (2002). Conclui-se o trabalho ressaltando que ao longo do tempo, houve um processo de direcionamentos da política educacional no Brasil com avanço considerável, porém é perceptível que os resultados não atingiram grande parte das metas propostas.

Palavras Chaves: Avaliação. Educação. Política pública.

Abstract

This research had its origin in the specialization course in discipline: “Techniques of study of monograph”, for an intervention work and after researches, carried out or entitled: “Proof of government: Basic Education Development Index (IDEB). Public education quality, in the city of João Monlevade, how to improve?”. After this work, I felt the need for further deepening in the evaluation of the government: (IDEB), in order to understand the review of the scientific literature. “How do public policies contribute to increasing income at IDEB?” For this purpose, historical retrospectives of public policies were carried out until the present day. A tree of objectives, means and ends was built, as an example of intervention in schools. The work is based on bibliographic research, without quantitative method. In the common national curriculum base (BNCC) and in scientific articles by several authors, such as: Hoffmann (1991), (1995), (2001), Luckesi (1994), Silva (2001), Saul (1995), Esteban (2000), (2002). The work concluded by emphasizing that, over time, there was a process of directing educational policy in Brazil with rapid progress, however it is noticeable that the results did not reach much of the established goals.

Keywords: Education. Evaluation. Public policy.

Lista de figuras

Figura 1 Estagnação e desigualdade	16
Figura 2 Alto rendimento de alunos da rede pública na prova do IDEB	17
Figura 3 Exemplos do cálculo do IDEB	19
Figura 4 Resultados do IDEB 2015	19

Sumário

1. INTRODUÇÃO	7
2. OBJETIVOS	10
2.1. Objetivo geral.....	10
2.2. Objetivos específicos	10
3. MÉTODO.....	10
4. JUSTIFICATIVA	10
5. ABORDAGEM TEÓRICA	11
6. ÁRVORE OBJETIVOS, MEIOS E FINS	17
7. CÁLCULO DO IDEB.....	19
8. RESULTADOS/CONTRIBUIÇÕES: POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	21
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
10. REFERÊNCIAS.....	25

1. INTRODUÇÃO

A política educacional brasileira vem expandindo o acesso à escola pública, desde os anos 90, mas a educação básica pública ainda tem muito que aprimorar para tornar-se uma escola de qualidade, que é considerada o principal desafio da atual política de educação básica do país. Em 2000 o Brasil passou a participar do PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos). Em todas as edições sua classificação ficou entre as últimas posições, (PISA 2012). Com o objetivo de melhorar a qualidade da educação e elevar o Brasil a mesma média educacional dos países da – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) no ano de 2007, foi criado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

O Ideb agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do Inep a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O índice varia de zero a 10 e a combinação entre fluxo e aprendizagem tem o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino reter seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no Saeb ou Prova Brasil, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema. (INEP, 2015)

O IDEB torna-se um importante indicador da qualidade da Educação, ele relaciona de forma positiva informações de rendimento escolar (aprovação) e desempenho (proficiências) em exames padronizados, como a Prova Brasil e o Saeb. Desde os anos 80 e 90, as avaliações das políticas sociais no Brasil cresceram significativamente.

Nesse mesmo período, conforme Faria (2005) são iniciados os mecanismos de reforma do Estado, que tem como objetivo a diminuição da interferência do governo na economia, ocasionando a redução de políticas sociais. Ambos os processos permearam e influenciaram as políticas e estudos de avaliação de políticas sociais no país.

Percebe-se que o produto do ensino é dificilmente mensurável e avaliável, pois diz respeito a atributos humanos e sociais. Porém, os professores não deixam de avaliar os seus alunos e de conferir-lhes a aprovação ou reprovação. A avaliação é utilizada para regular a prática educativa na sala de aula motivando intervenção diferenciada.

Conforme Aguiar, 2010 a necessidade de um sistema nacional de formação de professores da Educação Básica iniciou-se desde o final da década de 1970. Em 2004 o governo federal criou o Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica, que tinha como objetivo a formação de professores e gestores que atuam na Educação Básica.

O Projeto Piloto Escola de Gestores foi instituído, no âmbito do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, em 2004, na gestão do Ministro da Educação Tarso Genro (2003-2005) como uma iniciativa que visava à formação dos diretores das escolas e que deveria contribuir para a elevação da qualidade do ensino fundamental. Como justificativa para instituição deste Projeto, o governo apontava o baixo desempenho dos estudantes no Censo Escolar de 2004 e os resultados do Sistema de Avaliação Básica - SAEB. Afirmava que a melhoria da qualidade da educação nas escolas públicas estava relacionada com o fortalecimento de uma gestão escolar democrática, participativa e que garantisse mudanças. (AGUIAR, 2010, p. 163)

Nesse período, o Brasil passa pelo período de forte organização dos movimentos sociais pela luta de seus direitos universais, organizando e direcionando melhor o dinheiro público em programas sociais, que teve como um dos marcos a nova Constituição de 1988. (SILVA, 2001).

[...] O que mais impressiona, contudo, é a enorme dispersão do IDEB entre escolas e redes. Foram encontrados, nas redes, índices de 1 a 6,8. Nas escolas, a variação é ainda maior, de 0,7 a 8,5. Tornou-se evidente, uma vez mais, a imperiosa necessidade de promover o enlace entre educação, ordenação do território e desenvolvimento econômico e social. (HADDAD, 2008, p. 13)

Construir uma avaliação capaz de dialogar com a complexidade do real, com a multiplicidade de conhecimentos com as particularidades dos sujeitos, com a dinâmica individual coletiva, com a diversidade de lógicas, dentro de um processo costurado pelos múltiplos papéis, valores e vozes sociais, perpassando pelo confronto de interesses individuais e coletivos, não é uma tarefa simples. Hoffmann (2006) considera que, é importante, sobretudo, investir nas possibilidades de ruptura com a estrutura excludente já contratada, tecendo novos laços entre saberes e fazeres que busquem as fronteiras, não como territórios que isolam, mas como lugares de trânsito, espaços de interseção que estimulam o contato, indicando formas mais solidárias de compreensão e de construção da realidade, escolar e social.

A ação de avaliar é realizada por todos os indivíduos nos mais diversos momentos de seu cotidiano. No processo ensino/aprendizagem, a avaliação exerce uma influência significativa em todo o contexto escolar, nas famílias e, especialmente, no próprio aluno. Como constata Rodrigues (1991, p. 75), “avaliar é verificar como o conhecimento está se incorporando no educando, e como modificar a sua compreensão de mundo e elevar a sua capacidade de participar da realidade onde está vivendo”.

Neste sentido a avaliação não pode ser isolada do todo, não basta saber o que o aluno aprendeu de um determinado conteúdo. O que interessa, principalmente, é saber como ele está utilizando o aprendido para a sua realidade de vida. Ao atender individualmente o aluno, na hora de realizar a avaliação, pode contribuir para conscientizá-lo da necessidade de ele por si próprio buscar alternativas para vencer suas dificuldades, desta forma, estará inserindo-o na sociedade.

As avaliações são importantes instrumentos que, sendo bem utilizados e trabalhados, podem contribuir para a melhoria efetiva das políticas sociais, impactando de maneira positiva nos sujeitos que as utiliza, dessa forma um projeto bem elaborado para sanar os problemas de notas do IDEB irá emergir também de forma notória nas necessidades educacionais dos discentes. Para Faria (2005), a avaliação poderia garantir a racionalidade dos processos decisórios e a legitimação das políticas e dos programas ao superar o problema de déficit de compreensão.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo geral

Compreender através da revisão da literatura científica as políticas públicas eficientes no aumento do IDEB.

2.2. Objetivos específicos

1. Compreender as políticas públicas eficientes de formação continuada de professores para elevação da qualidade educacional e aumento do IDEB;
2. Compreender as políticas públicas eficientes focadas no ensino e aprendizagem.

3. MÉTODO

A abordagem metodológica adequada para o desenvolvimento do trabalho consistiu na revisão bibliográfica.

4. JUSTIFICATIVA

As avaliações são importantes instrumentos que, sendo bem utilizados e trabalhados, podem contribuir para a melhoria efetiva das políticas sociais, impactando de maneira positiva nos sujeitos que as utilizam, dessa forma, o resultado das provas do IDEB pautado em uma prática dialógica e na aplicação dos conhecimentos, certamente contribuirá para que os coordenadores escolares tenham mais uma possibilidade de melhorar a qualidade das práticas pedagógicas que irá emergir também, de forma notória nas necessidades educacionais dos discentes.

Dessa forma o problema pesquisa consiste em: Como as políticas públicas contribuem para aumentar o rendimento no IDEB?

O IDEB da rede pública em 2015 de acordo com o INEP (2016) foi de 5,3 e o IDEB geral do país, que contabiliza as escolas privadas, foi de 5,5. O patamar ainda não representa o indicador desejável, mas avançamos consideravelmente na direção da meta de 6,0 para 2021. Em 2007, o indicador.

5. ABORDAGEM TEÓRICA

A década de 1990 representou um momento histórico importante para a educação infantil, reconhecendo-se legalmente sua necessidade e sua importância, conforme o que está escrito na Constituição Brasileira de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA/90 –, LDB/96, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, no Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil (1994), Lei 10.172 de 09/01/2001 – Plano Nacional de Educação (PNE). A Educação Infantil agora constitui a primeira etapa da Educação Básica, a ela se aplicam todos os princípios e diretrizes, voltados para a educação de forma geral. Apesar da legislação, em relação ao acesso e a qualidade do atendimento, existe uma distância entre o que a lei prescreve e as demandas sociais, de um lado, e a realidade das instituições de educação infantil, de outro, representando um desafio para a política nacional.

As diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) preconizam, desde 2009, que as instituições que atuam nessa etapa de ensino criem procedimentos para a avaliação do desenvolvimento das crianças. Dessa forma o processo não deve conter o objetivo a promoção ou classificação dos pequenos, e sim considerar a criatividade, brincadeiras e interação das crianças.

A intenção de aliar uma concepção de criança à qualidade dos serviços educacionais a ela oferecidos implica atribuir um papel específico à pedagogia desenvolvida nas instituições pelos profissionais de Educação Infantil. Captar necessidades que bebês evidenciam antes de conseguirem falar, observar suas reações e iniciativas, interpretar desejos e motivações, essas são habilidades que profissionais de Educação Infantil precisam desenvolver, ao lado do estudo das diferentes áreas de conhecimento que incidem sobre essa faixa etária, a fim de subsidiar de modo consistente as decisões sobre as atividades desenvolvidas, o formato de organização do espaço, do tempo, dos materiais e dos agrupamentos de crianças.

Conforme defendido por Zabalza, um projeto educativo que tem como base ampliar suas perspectivas abrange desde a educação Infantil até o ensino médio. (2009, p.23). A oportunidade de acesso à Educação Infantil de qualidade é um direito da criança e constitui um benefício que não pode ser medido somente por resultados futuros, mas principalmente pelas vivências que proporciona à criança naquela fase de sua vida.

Através dos jogos e das brincadeiras a criança de forma divertida aprende a conhecer o seu corpo em todas as suas limitações e possibilidades, ela se desenvolve brincando.

A exploração do corpo e do espaço leva a criança a se desenvolver. Piaget considera a ação psicomotora como a precursora do pensamento representativo e do desenvolvimento cognitivo, e afirma que a interação da criança em ações motoras, visuais, táteis e auditivas sobre os objetos do seu meio é essencial para o desenvolvimento integral. A atividade sensório-motora é especialmente importante para o desenvolvimento de conceitos espaciais e na habilidade de utilizar termos linguísticos espaciais. (FRIEDMANN, 1996, p. 67).

Dessa forma, trabalhar com atividades lúdicas como forma de ampliar no aluno capacidades como percepção, orientação espacial, equilíbrio, ritmo, lateralidade, percepção temporal e outras. Com a modernidade as crianças de hoje estão preferindo atividades como a televisão, computador ou videogame e isto tem interferido no desenvolvimento das mesmas. Segundo Neto (2001), “A substituição das tradicionais atividades familiares, pela imagem televisiva e os atraentes jogos eletrônicos, tem vindo a modificar radicalmente os hábitos de ludismo das crianças”.

Assim estas mídias têm tomado grande parte do tempo das crianças, que ficam à mercê de atividades que influenciam no seu desenvolvimento físico, mental e social.

O problema reside no fato de as idades em que a criança mais tempo passa nestas atividades estruturadas e pouco interativas, necessária de expandir a sua imaginação e corporalidade de forma ativa em situação de jogo livre; de aventura, com o meio natural, e em experiências com amigos. A atividade física e lúdica é uma necessidade urgente para as crianças do nosso tempo. A alternativa é o sedentarismo, a fragilidade e inadaptação motora e falta de sociabilidade (NETO, 2001, p.132).

Pensando nisto a proposta é fazer com que o aluno tenha prazer em realizar atividades significativas para o desenvolvimento tanto do seu corpo como da sua mente e também da sua socialização com outros alunos. De acordo com a nova base nacional comum curricular (BNCC), os eixos estruturais, interagir e brincar:

Brincando e jogando, a criança aplica seus esquemas mentais à realidade que a cerca, aprendendo – a e assimilando-a. Brincando e jogando a criança reproduz as suas vivências, transformando com seus desejos e interesses. Por isso, pode-se dizer que, através do brinquedo e do jogo, a criança expressa, assimila e constrói a sua realidade. (RIZZI; HAYDT, 2004, p.15)

Conforme Friedmann:

Em relação ao espaço do brincar, que tradicionalmente se dava na rua, houve um recuo: brincar na rua é um risco; dentro de casa, o espaço é muito limitado. Alternativamente, os condomínios dos apartamentos têm surgido como um novo espaço de jogo e troca entre as crianças; na escola, o pátio é a principal “testemunha” do jogo infantil, no clube, espaço privilegiado de algumas poucas crianças, o lúdico tem mais chance de acontecer. A brincadeira na rua ou em outros espaços abertos tem várias implicações (não considerando a questão da falta de segurança), já que a criatividade das crianças toma conta dos espaços e os transforma em função das suas “necessidades lúdicas”. Brincar na rua é um aprendizado e uma oportunidade para a criança interagir com outros parceiros e desenvolver jogos nos quais a atividade física predomina. (FRIEDMANN, 1996, p.15)

De acordo com Friedmann (1996), o ato de brincar contribui com a comunicação e expressão da criança, sendo importante pensar em brincadeiras diversas que contribuem para o desenvolvimento das mesmas. Dentre estas brincadeiras, as brincadeiras de rua se destacam pela sua riqueza cultural, visto que são exploradas de forma natural, valorizando a realidade e o contexto em que ocorrem. Dessa forma compreende-se a relevância de resgatar as brincadeiras de rua buscando valorizar a tradição de tais brincadeiras esquecidas com o tempo.

A escola como um espaço de socialização deve priorizar momentos de brincadeiras que valorizam a diversidade e a realidade dos educandos, explorando espaços e tempos diversos visando contribuir para a interação, imaginação e desenvolvimento integral do aluno por meio de recursos lúdicos, inovando assim as estratégias utilizadas no ensino. Contribuindo com a ampliação e assimilação de experiências do aluno desde a Educação Infantil.

Em 2017, uma nova aprovação na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) instaurou a discussão em torno do papel do Estado na elaboração, implementação e regulação de uma proposta curricular nacional para a educação básica, suscitando posicionamentos favoráveis e contrários à centralização curricular via Ministério da Educação (MEC). Os defensores da centralização acreditam que o controle e a regulação dos currículos pelo Estado é uma estratégia importante para a garantia da qualidade do processo de ensino-aprendizagem por meio da uniformização/padronização dos conteúdos escolares em contraposição a autonomia dos sistemas, das escolas e dos professores na definição do currículo escolar. Em meio às diversas e divergentes posições políticas e acadêmicas acerca da centralização ou descentralização da política curricular brasileira para educação

básica, conforme preconizado com a BNCC (BRASIL, 2017). E também “Com a inclusão da Educação Infantil na BNCC, mais um importante passo é dado nesse processo histórico de sua integração ao conjunto da Educação Básica” BNCC (BRASIL, 2017).

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado em 2007, é um dos maiores avanços em políticas públicas educacionais no Brasil. Os melhores sistemas de educação usam esse tipo de avaliação como termômetro da qualidade, mas os números obtidos no cenário brasileiro, na rede pública, ficaram muito abaixo do desejável. Os resultados dos anos iniciais do Ensino Fundamental avançaram, embora muitos alunos do país ainda apresentem um nível de proficiência muito abaixo do parâmetro nacional. O IDEB da rede pública em 2015 de acordo com o INEP (2016) foi de 5,3 e o IDEB geral do país, que contabiliza as escolas privadas, foi de 5,5. O patamar ainda não representa o indicador desejável, mas avançamos consideravelmente na direção da meta de 6,0 para 2021. Em 2007, o indicador era 4,2.

As taxas de aprovação estão subindo muito lentamente, a evolução em proficiência é abaixo do “padrão” e não solidifica completamente os avanços dos anos iniciais em anos anteriores. O IDEB da rede pública para a etapa, de acordo com a revista época (2015) é de 4,2 e o IDEB geral do país é 4,5. Apesar do avanço na proficiência em matemática e língua portuguesa, os alunos de 2015 que saíram com um nível de aprendizagem mais alto nos anos iniciais que os de 2011 não terminaram o Ensino Fundamental com um aprendizado consideravelmente melhor.

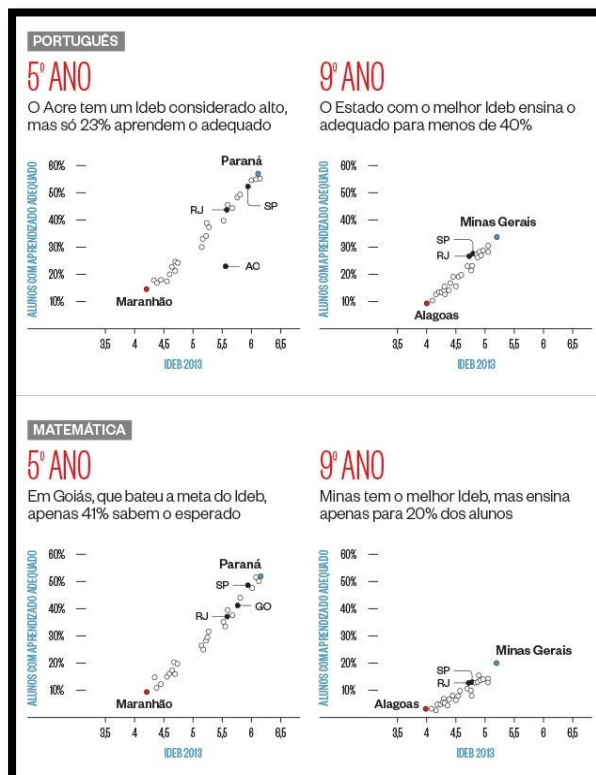
O Ensino Médio também apresenta resultados bem insatisfatórios. As taxas de aprovação evoluem muito lentamente e os índices de proficiência são muito baixos. O IDEB da rede pública em 2015 de acordo com a revista época (2015) foi de 3,5 e o IDEB geral do país foi de 3,7. Em relação aos índices de proficiência, o Brasil está no mesmo patamar de 2007, quando o IDEB foi criado. Nenhuma rede estadual do país apresenta bons indicadores. Os índices mais altos são de São Paulo e Pernambuco com o baixo índice de 3,9.

Daniel Cara, afirma que “No Brasil, a desigualdade está ligada à infraestrutura das escolas”, coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. “Redes maiores, com estruturas adequadas, laboratórios e bibliotecas e professores com melhor formação, são mais eficientes”, diz. Além do investimento em

infraestrutura e nos professores, outra medida necessária é a adoção de um currículo nacional comum a todas as redes, que indique o que cada aluno deve aprender em cada etapa da escola.

Os indicadores utilizados para a realização da árvore problema foram dados do INEP (2013), o qual deixa explícitas a estagnação e desigualdade da educação brasileira.

Figura 1: Estagnação e desigualdade

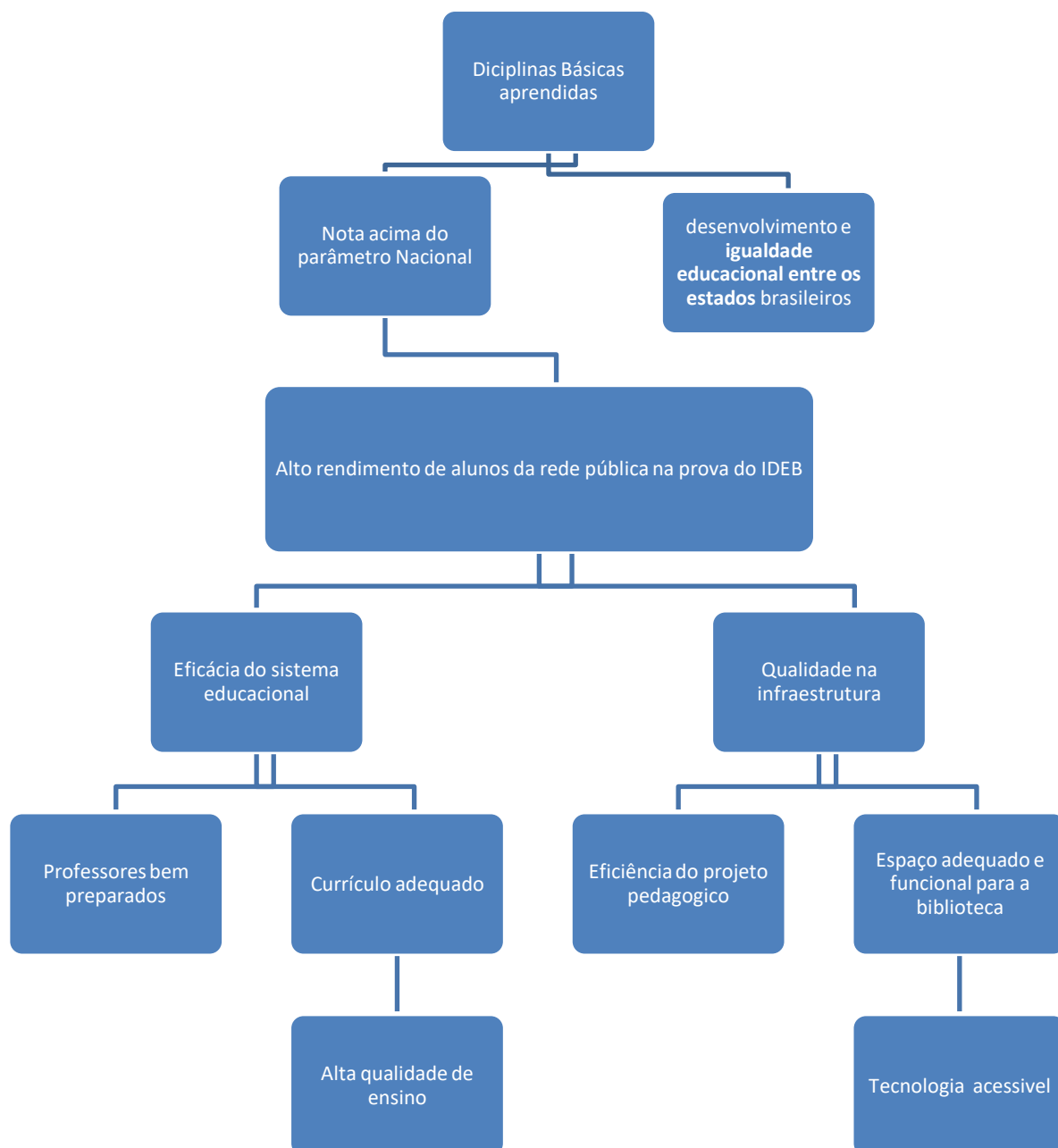


Fonte: QEdu, da Fundação Lemann, com dados do INEP

A avaliação é utilizada para regular a prática educativa na sala de aula motivando intervenção diferenciada. Dessa forma foi construída uma árvore de objetivos, meios e fins com a intenção de futuramente desenvolver um projeto de intervenção que busque evidências de que com os resultados divulgados pelo IDEB encaminhados as escolas, as equipes pedagógicas podem implementar políticas na escola, com ações que visem alcançar as metas estipuladas nos resultados estabelecidos para as próximas avaliações e como consequência a melhoria da qualidade da educação.

6. ÁRVORE OBJETIVOS, MEIOS E FINS

Figura 2 Alto rendimento de alunos da rede pública na prova do IDEB



Fonte: Própria (2019).

A dissociação entre planejamento e implementação ou a não preocupação com os requisitos da implementação aumenta a chance de fracasso das políticas. Os desafios que o Brasil enfrenta com os problemas relacionados à agenda de pesquisa em políticas públicas, de acordo com SILVA (2000), está diretamente ligado ao processo de formulação e implementação das mesmas. Bem como problemas não antecipados que surgem durante a implementação de programas ou políticas como obstáculos intransponíveis que também podem levar as agências responsáveis a descontinuá-los.

Partindo do princípio que o dever do poder público é de antecipar necessidades ao planejar e programar ações de maneira que permita criar condições estruturais de desenvolvimento socioeconômico, a política pública está voltada para a garantia dos direitos sociais, mesmo que para isso papéis sejam negociados, os graus de adesão ao programa com variações, e recursos.

A construção de uma árvore de objetivos, meios e fins, de acordo com Fernandes (2016), permite orientações positivas que ajudem direcionar as ações do projeto em desenvolvimento. Revisando cada problema convertendo-o em um objetivo. O exemplo citado acima se colocado em prática na escola, contribuirá para que alunos da rede pública aumente o padrão no que se refere ao rendimento da prova do IDEB. Dessa forma espera-se que os alunos tenham uma nota acima do parâmetro nacional, com disciplinas básicas apreendidas, com eficácia do sistema educacional, qualidade na infraestrutura, professores bem preparados, currículo adequado, eficiência do projeto pedagógico e alta qualidade do ensino.

Essa árvore de objetivos, meios e fins, torna-se relevante à medida que pode contribuir para reverter a situação dos indicadores utilizados para a realização da árvore problema do INEP (2013). Dessa forma percebe-se que é preciso ter uma estratégia para os problemas de implementação, aumentando a viabilidade no momento do planejamento.

7. CÁLCULO DO IDEB

O cálculo do IDEB obedece a seguinte fórmula: há padronização nas notas das provas de língua portuguesa e matemática em uma escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez). Depois, a média dessas duas notas é multiplicada pela média (harmônica) das taxas de aprovação das séries da etapa (anos iniciais, anos finais e ensino médio), que, em percentual, varia de 0 (zero) a 100 (cem). Para exemplificar o cálculo do indicador, são apresentados no quadro 1 abaixo quatro exemplos:

Figura 3: Exemplos do cálculo do IDEB

Escola	Saeb (N)	Aprovação média (P)	Ideb (N).(P)
A	6,0	90%	5,4
B	6,0	80%	4,8
C	4,0	80%	3,2
D	5,0	100%	5,0

Fonte: INEP, 2015.

Os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2015, divulgados pelo Ministério da Educação, mostram que, mais uma vez, o ensino médio segue estagnado e cada vez mais longe da meta proposta, e que o ensino fundamental II, que vai do 6º ao 9º, ficou novamente abaixo do índice esperado.

Figura 4: Resultados do IDEB 2015

Etapa de ensino	Ideb observado em 2015	Meta do Ideb para 2021
Ensino fundamental – anos iniciais	3,8	6,0
Ensino fundamental – anos finais	3,5	5,5
Ensino médio	3,4	5,2

Fonte: INEP, 2015.

O significado dos resultados mais recentes significa a estagnação do ensino médio e a dificuldade em atingir as metas. Um desafio é recuperar as defasagens de aprendizagem acumuladas em anos anteriores. É importante frisar que a maioria das escolas estaduais têm conseguido resultados bem abaixo do desejável. Avanços em

educação exigem políticas estruturantes como currículo e um forte trabalho pedagógico de acompanhamento.

Percebe-se aqui que o Brasil terá que investir em políticas estruturais, melhorar as condições de trabalho dos professores, bem como ouvir e dialogar com os estudantes.

8. RESULTADOS/CONTRIBUIÇÕES: POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A avaliação trabalha como uma estratégia de ensino, tendo um caráter formativo, favorecedor do progresso pessoal e da autonomia do aluno, apresentando ao professor subsídios para melhor controlar e aperfeiçoar a sua prática pedagógica. Ultimamente, com as novas diretrizes do MEC (Saeb, Provinha Brasil, Enem), a avaliação assume novas funções, pois é um meio de diagnosticar e de verificar em que medida os objetivos propostos para o processo de ensino e aprendizagem estão sendo atingida, deste modo à avaliação assume uma dimensão orientadora.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), aprovada em 1996, determina que a avaliação da aprendizagem seja contínua e cumulativa e que os aspectos qualitativos prevaleçam sobre os quantitativos. Atualmente existem três níveis de avaliação integrados, concomitantemente, ao articularem: a avaliação realizada em sala de aula (aprendizagem), com a avaliação interna à escola e sob seu controle (institucional); e a avaliação de responsabilidade do poder público (larga escala/rede/ externa). Todos os três níveis de avaliação se inter-relacionam. Se a escola não vai bem às avaliações de aprendizagem, conseqüentemente tem-se a ideia de que o trabalho da escola não foi bom institucionalmente falando, e as avaliações de larga escala também vão refletir isso.

A política educacional concede amplos direitos confirmando e ampliando o interesse social pela educação. Na constituição Federal 1988 a educação compõe os direitos sociais junto com outros direitos, tornando-se obrigatório e imediato às medidas estatais para elevar a condição humana. A educação brasileira deve ser direito de todos e obrigação do estado convertendo-se em direito público e subjetivo.

As discussões para a lei de educação começaram em 1988, sendo a proposta do legislativo aprovado em 13 de maio 1993, no Plenário da câmara federal. Foi para o Senado em 27/05/93 e passou a ser conhecido como PL101/93. Ainda em 1992 o senador Darcy Ribeiro apresentou outro projeto sem participação democrática e não foi aprovado. Em 1993, Darcy Ribeiro com a participação do MEC, apresentou outro projeto e foi aprovado e designado como relator do projeto.

O Plano Nacional de Educação é um plano estratégico, planejado de forma extensa. É um Plano plurianual, que tem validade de dez anos, sendo uma Lei proposta pelo Estado, com o objetivo de garantir a qualidade da educação nacional.

Esse plano define diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação daquilo que se propõe. Relacionados ao seu objetivo de garantir a qualidade da educação nacional, estão à erradicação do analfabetismo, a universalização do atendimento escolar, a melhoria da qualidade do ensino, a formação para o trabalho, a promoção humanística, científica e tecnológica do país e o estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) repassa por lei 20% dos impostos da parcela dos estados nos impostos da União. Serão ainda descritas em lei posterior a organização e destinação dos recursos de acordo com o PNE.

Outra política pública que se tem é o projeto político pedagógico (PPP) das escolas, que trabalhado dentro do ambiente escolar tem o caráter político e pedagógico, em que se entende a função da escola como a formação de cidadãos comprometidos com a sociedade na qual estão inseridos. A proposta é de participação coletiva na construção democrático sendo o movimento que a escola faz para a construção do PPP, o de uma avaliação institucional.

Um ensino de boa qualidade promove o desenvolvimento individual e social do ser humano fazendo dele um perfeito cidadão, isso faz com que a educação seja um dever do estado, da família e de toda a sociedade, tornando-a mais democratizada, com acessibilidade assistida e cobrança constante, sempre que necessária, de sua qualidade, tanto do poder público quanto da sociedade, pois sua essência depende de esforços coletivos.

Há necessidade de se refazer uma profunda reflexão sobre as ações das políticas públicas na área educacional, ignorando aspectos de pouca importância e aprimorando aqueles que possam gerar os efeitos necessários. Os programas educacionais realizados pelo governo tendem a ser úteis, porém é essencial que a sociedade não se acomode, esquecendo-se do seu dever de exigir o seu íntegro cumprimento, pois o acesso e a permanência a uma educação de qualidade é direito de todos.

Todo cidadão tem o dever de exigir a efetivação de políticas, cujos interesses A qualificação da educação brasileira depende dos programas ofertados pelo governo, da harmonia entre ele, as entidades formadoras e a sociedade que, por sua vez, deve refletir sobre os resultados.

As políticas públicas são ações desenvolvidas pelo Estado envolvendo compromissos e ações que possibilitem o desenvolvimento cultural e social de um povo. Um conjunto de ações sociais que dependem, não só do governo, mas de toda a sociedade e das instituições educacionais, com intenções à garantia dos direitos à cidadania de todos. Torna-se necessário que haja uma relação harmônica entre o Estado, as entidades formadoras e a população, além da definição de algumas atividades avaliativas do planejamento dessas políticas, para a posterior busca de novas ações.

É notório que a educação é uma área que requer atenção especial do Estado, com políticas que favoreçam o fortalecimento das competências intelectuais, éticas e afetivas do cidadão. Os objetivos traçados nas ações dessas políticas só se efetivarão a partir do momento em que se permita uma análise para possíveis reorientações. São essas análises que, uma vez realizadas, indicarão as supostas lacunas das ineficiências, possibilitando, assim, novas estratégias para as suas superações. Há, assim, uma urgente necessidade de ajustamento nas políticas públicas brasileiras em todas as áreas, principalmente na educacional, por ser essa a orientadora e a responsável pelas demais.

Segundo a UNESCO, os problemas educacionais não se originam exclusivamente na educação, mas busca-se resolvê-los apenas com reformas educacionais. O tema do abandono precoce da escola é um exemplo paradigmático desta situação, um alto percentual de fracasso escolar tem sua origem direta nas carências econômicas, sociais e culturais que sofrem determinados grupos da população (UNESCO, 2002, p. 102).

As metas provindas das políticas educacionais devem determinar a execução de ações que norteiem a redistribuição dos benefícios sociais, visando o desenvolvimento socioeconômico e a diminuição das desigualdades. Nesse contexto cabe, prioritariamente, às autoridades responsáveis pelo sistema educacional analisar e refletir sobre os investimentos aplicados e os seus respectivos resultados.

As políticas que regem a educação no Brasil deveriam descartar a importância quantitativa e dar mais ênfase a qualidade que possibilitará o exercício pleno da cidadania do indivíduo. Os países de primeiro mundo sinalizam essa preocupação e não poupam nos investimentos, por terem a certeza que investir no setor educacional é, ao mesmo tempo, apostar no desenvolvimento sociocultural de seu povo e no futuro promissor de seu país.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é um campo de cunho social, responsável pela transformação positiva da sociedade, sendo assim, há necessidade de considerá-la como um direito fundamental do indivíduo e como dever inquestionável do Estado, que tem a responsabilidade de implementar políticas públicas capazes de garanti-la com qualidade a todos os cidadãos. A educação é o mais certo e seguro caminho capaz de levar a nação a melhores condições socioeconômicas e, quando devidamente valorizada, propiciará oportunidades de igualdade para todas as classes sociais.

A ação de avaliar é realizada por todos os indivíduos nos mais diversos momentos de seu cotidiano. No processo ensino/aprendizagem, a avaliação exerce uma influencia significativa em todo o contexto escolar, nas famílias e, especialmente, no próprio aluno.

O fazer uma “Reforma Educacional” não é o bastante para formar um verdadeiro cidadão, uma base nacional igualitária e ativa quando se tem em vista atender a convicções ou interesses políticos. É necessário que se pense num sistema que seja capaz de atender as verdadeiras necessidades da nação, atenuando as desigualdades sociais e fortalecendo o senso crítico nos indivíduos. Através da avaliação é possível alcançar melhores resultados, seja na aprendizagem ou nas políticas públicas (Luckesi, 2002).

É dever de o Estado voltar sua atenção para o compromisso da ação governamental para com suas implementações, para assim contribuir com a transformação educacional e a efetivação da cidadania devido aos direitos previstos na Constituição Federal, quando as políticas públicas surgiram com a função de viabilizar a construção do bem comum dos cidadãos que integram a sociedade.

Sabe-se que houve um avanço considerável nas políticas educacionais no Brasil nessas últimas décadas, porém é perceptível que os resultados não atingiram grande parte das metas propostas, isso deixa a sociedade com a responsabilidade de ir à luta em busca de um ensino de qualidade a fim de possibilitar a melhoria do nível de desenvolvimento do Brasil.

10. REFERÊNCIAS

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

BRASIL, Ministério da Educação e Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN**. Lei nº 9.394/96.

CARNOY, Martins. **Mundialização e Reforma na Educação**. Brasília, UNESCO, 2002.

Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília. Texto promulgado em 05 de outubro de 1988.

FARIA, C. A. P. de. A Política da Avaliação de Políticas Públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 59, p.97-169, out. 2005.

FERNANDES, Danielle Cire. Disponível em: https://virtual.ufmg.br/20182/pluginfile.php/492510/mod_resource/content/1/Cireno_a_vvore%20de%20problemas_pdf.pdf. Acesso em: 01 de maio 2019.

FRIEDMANN, Adriana. **Brincar: crescer e aprender. O resgate do jogo infantil**. São Paulo: Moderna, 1996.

HADDAD, F. **O Plano de Desenvolvimento da Educação**: razões, princípios e programas. Brasília: Ministério da Educação; Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

INEP. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Nota Técnica: **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB**. Brasília, DF: MEC. Disponível em: http://www.inep.gov.br/download/ldeb/Nota_Tecnica_n1_concepçãoIDEB. Acesso em: 12 de maio de 2019.

Ministério da Educação e Cultura. **IDEB: como melhorar os índices**. Disponível em: . Acesso em 18 jun. 2014

PISA. **Média dos países em cada área**. Disponível em: http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2015/resultados_pisa_2000_2012.pdf. Acesso em: 20 de maio de 2019.

Q Edu – **João Monlevade**. Disponível em: <https://www.qedu.org.br/cidade/2166-joao-monlevade/ideb>> Acesso em: 01 de maio 2019.

Censo escolar. Disponível em: <http://inep.gov.br/web/guest/nucleo-em-redes>. Acesso em: 01 de maio 2019.

LIBÂNEO, José Carlos, Políticas educacionais. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v46n159/1980-5314-cp-46-159-00038>. Acesso em: 01 de maio 2019.

SANTOS, A. J. Orçamento público e os municípios: alguns conceitos de orçamento e suas repercussões na administração pública municipal. **Revista Eletrônica de Administração**. Ed. 22, v. 7, n. 4, jul-ago, 2001.

SILVA, Pedro Luíz Barros, & MELO, Marcus André Barreto. (2000). **O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos**. NEPP/UNICAMP, Caderno nº48.

SILVA, L.M.V & BRANDÃO, D. **Construção da capacidade avaliativa em organizações da sociedade civil**. São Paulo: Instituto Fontes, 2001.

ZABALZA, M. A. **Qualidade em Educação Infantil**. Ed. Artmed Editora, 2009.